

**1.000**

**QUESTÕES PARA O**

**TELEBRAS**

**ESPECIALISTA EM GESTÃO DE  
TELECOMUNICAÇÕES - ANALISTA SUPERIOR  
– SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO**

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	13
→ ARTIGO .....	14
→ SUBSTANTIVO .....	15
→ ADJETIVO .....	16
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	17
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	19
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	19
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	21
→ PRONOMES PESSOAIS .....	22
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	23
→ PRONOMES RELATIVOS.....	24
→ ADVÉRBIO .....	26
→ PREPOSIÇÃO.....	27
→ CONJUNÇÃO.....	29
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	30
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO), VOCATIVO .....	31
→ ORAÇÕES COORDENADAS .....	34
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS .....	35
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS .....	38
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS .....	40
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS .....	42
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	45
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	48
→ CRASE .....	51
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	55
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC) .....	58
→ LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL .....	61
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO) .....	63

→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL .....	67
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	70
→ GABARITO 	73
<b>RACIOCÍNIO LÓGICO .....</b>	<b>77</b>
→ PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS.....	77
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS .....	78
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	78
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE .....	80
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES .....	81
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO .....	82
→ ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO.....	83
→ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM .....	84
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	84
→ GABARITO 	85
<b>LÍNGUA INGLESA .....</b>	<b>87</b>
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (UNDERSTANDING).....	87
→ SIGNIFICADO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES (SINÔNIMOS, ANTÔNIMOS, PARÔNIMOS, DENOTAÇÃO, CONOTAÇÃO ETC.) .....	93
→ SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS E REESCRITA DE FRASES (INGLÊS) .....	95
→ REFERENCIAÇÃO, ANÁFORA E CATÁFORA (LÍNGUA INGLESA).....	100
→ FALSOS COGNATOS (FALSE COGNATES).....	102
→ FIGURAS DE LINGUAGEM (FIGURES OF SPEECH) .....	104
→ TRADUÇÃO (TRANSLATION).....	104
→ GABARITO 	106
<b>LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRO .....</b>	<b>107</b>
→ COMUNICAÇÃO SOCIAL - LEI Nº 9.472/1997 E LEI Nº 13.879/2019 - LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES .....	107
→ DECRETO Nº 12.572/2025) - POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO .....	107
→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS - DECRETO Nº 9.612/2018 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES.....	107
→ ESTATUTO SOCIAL E OUTROS TEMAS RELACIONADOS À TELEBRAS.....	107
→ GABARITO 	108

# ÉTICA E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ..... 109

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOUTRINA E LEIS FEDERAIS) - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992) .....	109
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992) .....	109
→ LEI Nº 13.303/2016 - DAS LICITAÇÕES (ARTS. 28 A 90) .....	110
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011) .....	110
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011) .....	111
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011) .....	111
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011) .....	111
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011) .....	112
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	112
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	112
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 A 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	113
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES (ART. 14 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	113
→ DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS (ARTS. 15 A 16 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	113
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 A 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	114
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 A 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	114
→ DA RESPONSABILIDADE PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 31 A 32 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	114
→ DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS (ARTS. 33 A 36 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	115
→ DO CONTROLADOR E DO OPERADOR (ARTS. 37 A 40 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	115
→ DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ART. 41 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	115
→ DA RESPONSABILIDADE E DO RESSARCIMENTO DE DANOS (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	115
→ DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS (ARTS. 46 A 49 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	115
→ DAS BOAS PRÁTICAS E DA GOVERNANÇA (ARTS. 50 A 51 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	116
→ DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 52 A 54 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	116
→ DA ANPD (ARTS. 55-A A 55-M DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	116
→ DO CNPD (ARTS. 58-A A 58-B DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD) .....	116
→ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - ÉTICA, MORAL, PRINCÍPIOS E VALORES .....	117
→ ÉTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA .....	117
→ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO E FUNÇÃO PÚBLICA .....	118
→ DECRETO Nº 1.171/1994 - CÓDIGO DE CONDUTA DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL .....	118
→ GABARITO 	119

<b>DIREITO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>121</b>
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	121
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	122
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988) .....	122
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE .....	123
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	123
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	124
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988) .....	124
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	124
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	125
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	126
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO) .....	126
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	127
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	127
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO) .....	127
→ MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS .....	127
→ MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.....	128
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988) .....	128
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	128
→ NORMAS GERAIS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 163 E 164-A DA CF/1988).....	129
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988) .....	129
→ GABARITO 	130

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>133</b>
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	133
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS .....	133
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	134
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	134
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO .....	134
→ PODER HIERÁRQUICO .....	135
→ PODER DISCIPLINAR .....	135
→ PODER DE POLÍCIA .....	135
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS) .....	136
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	136
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	136
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO .....	137
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS .....	137
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	138
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI N° 8.112/1990).....	138
→ VACÂNCIA (ARTS. 33 A 35 DA LEI N° 8.112/1990) .....	138

→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999).....	139
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	139
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999).....	139
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999).....	140
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.784/1999).....	140
→ DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO (ARTS. 51 E 52 DA LEI Nº 9.784/1999).....	140
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784/1999).....	140
→ DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO (ARTS. 56 A 65 DA LEI Nº 9.784/1999).....	140
→ DOS PRAZOS E DAS SANÇÕES (ARTS. 66 A 68 DA LEI Nº 9.784/1999).....	141
→ GABARITO 	141

## ADMINISTRAÇÃO..... 143

→ INTRODUÇÃO (CONCEITOS, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, PRINCÍPIOS, ABORDAGENS PRESCRITIVAS E NORMATIVAS) .....	143
→ GOVERNANÇA PÚBLICA.....	143
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	143
→ ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL (NOVA GESTÃO PÚBLICA OU MODELO PÓS-BUROCRÁTICO) .....	143
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	143
→ INTENÇÃO ESTRATÉGICA OU DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	144
→ DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE ORGANIZACIONAL - MATRIZ SWOT .....	144
→ MATRIZ GUT.....	144
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	144
→ INDICADORES DE DESEMPENHO .....	144
→ BALANCED SCORECARD (BSC) .....	144
→ REDES E ALIANÇAS .....	145
→ PLANEJAMENTO TÁTICO .....	145
→ PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	145
→ PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA NO SETOR PÚBLICO.....	145
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	145
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	146
→ LIDERANÇA .....	146
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO .....	146
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	146
→ MOTIVAÇÃO.....	146
→ DELEGAÇÃO E EMPOWERMENT .....	147
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO .....	147
→ COMUNICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO DE REDES ORGANIZACIONAIS .....	147
→ PROCESSO DECISÓRIO (TOMADA DE DECISÃO).....	147
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE GESTÃO POR PROCESSOS.....	147
→ BPM, BPMN E CBOK.....	147
→ PRINCIPAIS TEÓRICOS - GURUS DA QUALIDADE .....	148

→ DIAGRAMA DE CAUSA E EFEITO - ISHIKAWA .....	148
→ PLANO 5W2H .....	148
→ DIAGRAMA DE PARETO .....	148
→ BENCHMARKING .....	148
→ BRAINSTORMING E BRAINWRITING .....	148
→ REENGENHARIA .....	148
→ RELAÇÕES DE EQUILÍBRIOS ENTRE INDIVÍDUO E ORGANIZAÇÃO .....	149
→ OBJETIVOS, FUNÇÕES E DESAFIOS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS .....	149
→ PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DE LINHA E FUNÇÃO DE STAFF .....	149
→ RECRUTAMENTO (GESTÃO DE PESSOAS) .....	149
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS) .....	149
→ ANÁLISE E DESENHO DE CARGOS .....	150
→ TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TDEE) .....	150
→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS .....	150
→ GABARITO 	150

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA ..... 153

→ CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO .....	153
→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC) .....	153
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS .....	153
→ PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964) .....	154
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964) .....	154
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964) .....	154
→ CICLO ORÇAMENTÁRIO .....	154
→ CRÉDITOS ADICIONAIS .....	154
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE) .....	155
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA .....	155
→ CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA .....	155
→ CLASSIFICAÇÃO POR FONTE / DESTINAÇÃO DE RECURSOS .....	156
→ CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA POR IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO .....	156
→ ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA .....	156
→ DÍVIDA ATIVA .....	156
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE DESPESA PÚBLICA .....	156
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA .....	157
→ ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA .....	157
→ DÍVIDA FUNDADA E DÍVIDA FLUTUANTE - CONCEITOS GERAIS .....	157
→ RESTOS A PAGAR (RAP) .....	157
→ DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA) .....	157
→ PROGRAMAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	158
→ AVALIAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS CONFORME O ART. 106 DA LEI Nº 4.320/1964 .....	158

→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º E 2º DA LRF).....	158
→ PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO (ARTS. 3º A 10 DA LRF) .....	158
→ DA RECEITA PÚBLICA (ARTS. 11 A 14 DA LRF) .....	158
→ GERAÇÃO DE DESPESA E DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO (ARTS. 15 A 17 DA LRF).....	158
→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF) .....	159
→ DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS (ART. 25 DA LRF) .....	159
→ DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA O SETOR PRIVADO (ARTS. 26 A 28 DA LRF).....	159
→ DEFINIÇÕES, LIMITES E RECONDUÇÃO DA DÍVIDA (ARTS. 29 A 31 DA LRF).....	159
→ OPERAÇÕES DE CRÉDITO (ARTS. 32 A 39 DA LRF) .....	159
→ GARANTIA, CONTRAGARANTIA E RESTOS A PAGAR (ARTS. 40 A 42 DA LRF).....	159
→ GESTÃO PATRIMONIAL (ARTS. 43 A 47 DA LRF).....	160
→ TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL (ARTS. 48 E 49 DA LRF) .....	160
→ ESCRITURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO (ARTS. 50 E 51 DA LRF).....	160
→ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO (ARTS. 52 E 53 DA LRF) .....	160
→ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF (ARTS. 54 E 55 DA LRF) .....	160
→ CONTROLE DA GESTÃO FISCAL (ARTS. 56 A 59 DA LRF).....	161
→ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 60 A 75 DA LRF).....	161
→ GABARITO 	161

## NOÇÕES DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ..... 163

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI N°14.133/2021).....	163
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI N° 14.133/2021) .....	163
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI N° 14.133/2021) .....	163
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI N° 14.133/2021).....	164
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI N° 14.133/2021) .....	164
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI N° 14.133/2021) .....	165
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI N° 14.133/2021).....	165
→ DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO (ARTS. 53 A 54 DA LEI N° 14.133/2021) .....	165
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI N°14.133/2021).....	165
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI N° 14.133/2021).....	166
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI N° 14.133/2021) .....	166
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI N° 14.133/2021) .....	166
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS(ARTS. 89 A 95 DA LEI N° 14.133/2021).....	166
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI N° 14.133/2021) .....	167
→ PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 104 DA LEI N° 14.133/2021) .....	167
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI N° 14.133/2021) .....	167
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI N° 14.133/2021).....	167
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI N° 14.133/2021) .....	168

→ HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 137 A 139 DA LEI Nº 14.133/2021).....	168
→ RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO (ART. 140 DA LEI Nº 14.133/2021) .....	168
→ PAGAMENTOS (ARTS. 141 A 146 DA LEI Nº 14.133/2021).....	169
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021).....	169
→ MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (ARTS. 151 A 154 DA LEI Nº14.133/2021).....	169
→ INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 163 DA LEI Nº 14.133/2021) .....	169
→ IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS (ARTS. 164 A 168 DA LEI Nº14.133/2021).....	169
→ CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES (ARTS. 169 A 173 DA LEI Nº 14.133/2021).....	169
→ PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP (ARTS. 174 A 176 DA LEI Nº14.133/2021).....	170
→ ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS (ARTS. 177 A 180 DA LEI Nº 14.133/2021).....	170
→ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS (ARTS. 181 A 194 DA LEI Nº 14.133/2021).....	170
→ LEI Nº 13.303/2016 - DAS LICITAÇÕES (ARTS. 28 A 90) .....	170
→ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 (ANTIGA IN Nº 2/2008) - REGRAS E DIRETRIZES DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	170
→ IN SEGES/ME Nº 67/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133/2021, E INSTITUI O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA .....	171
→ REGULAMENTOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DE OUTRAS ENTIDADES (SEBRAE, ABDI, TELEBRAS,ETC.) .....	171
→ GABARITO 	171

# ÉTICA E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO

## → DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)

**1. (CEBRASPE-CESPE - 2025)** Julgue o item a seguir, com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990) e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador devem ser observados na aplicação de sanções em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

CERTO  ERRADO

**2. (CEBRASPE-CESPE - 2025)** Julgue o item seguinte, a respeito de decadência administrativa, controle da administração pública, improbidade administrativa, aspectos relativos aos servidores públicos, conforme a Lei n.º 8.112/1990, e requisição, segundo o Decreto n.º 10.835/2021.

O dolo exigido para a configuração de um ato de improbidade é caracterizado pela vontade livre e consciente do agente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, não bastando a sua voluntariedade.

CERTO  ERRADO

**3. (CEBRASPE-CESPE - 2025)** Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

O mero exercício de função pública, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

CERTO  ERRADO

**4. (CEBRASPE-CESPE - 2025)** Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir, relativos ao exercício da cidadania e à ética no setor público.

Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador se aplicam ao sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa.

CERTO  ERRADO

## → DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992)

**5. (CEBRASPE-CESPE - 2024)** A respeito de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Constitui ato de improbidade administrativa perceber, dolosamente, vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel no exercício de cargo público.

CERTO  ERRADO

**6. (CEBRASPE-CESPE - 2023)** Julgue o seguinte item à luz da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, e suas alterações.

A perda patrimonial decorrente de atividade econômica, por si só, não é capaz de caracterizar ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário.

CERTO  ERRADO

**7. (CEBRASPE-CESPE - 2023)** Com relação à Lei n.º 8.429/1992, que trata sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue o item que se segue.

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro enriqueça ilicitamente.

CERTO  ERRADO

**8. (CEBRASPE-CESPE - 2022)** Acerca das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue o item que se segue.

Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito utilizar, em serviço particular, o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por entidades públicas.

CERTO  ERRADO

**9. (CEBRASPE-CESPE - 2022)** Julgue o item a seguir, a respeito das regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações.

A voluntariedade da conduta do agente é condição suficiente para a tipificação do ato de improbidade.

CERTO  ERRADO

**10. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** Em relação à Lei n.º 13.303/2016 (Lei das Estatais), julgue o item a seguir.

Em licitação para contratação de serviços, a empresa pública e a sociedade de economia mista poderão indicar o modelo da marca ou o fornecedor que seja o único capaz de atender ao objeto do contrato.

CERTO  ERRADO

---

#### → LEI N° 13.303/2016 - DAS LICITAÇÕES (ARTS. 28 A 90)

**11. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** À luz do disposto na Lei n.º 13.303/2016 acerca de contratações de bens e serviços de tecnologia da informação (TI) no âmbito de empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue os item que se segue.

A referida lei dispensa as empresas públicas e sociedades de economia mista de realizar licitação para a compra de bens de TI no valor de até cinquenta mil reais e as proíbe de alterar esse valor para refletir variação de custos.

CERTO  ERRADO

---

**12. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** Com base no que dispõe a Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte.

A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

CERTO  ERRADO

---

**13. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** Com base na Lei n.º 13.303/2016, que estabelece o Estatuto Jurídico das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, julgue o item seguinte.

A licitação é dispensável para a realização de compras no valor de até R\$ 75 mil.

CERTO  ERRADO

---

**14. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** Considerando a regência normativa de licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir, à luz da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 13.303/2016.

A TELEBRAS poderá dispensar a licitação, ainda que a competitividade seja viável, quando o contratado detiver características particulares vinculadas a oportunidades de negócios definidas.

CERTO  ERRADO

---

**15. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** Pedro requereu informações acerca de uma contratação direta promovida, com amparo em cláusula de inexigibilidade de licitação, por uma empresa pública estadual, a qual, entretanto, negou-lhe acesso a tais informações, sob o fundamento de que não estaria subordinada ao regime da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e de que as informações solicitadas se referiam a dados pessoais de terceiros, cujo acesso era restrito, salvo se houvesse o consentimento expresso de tais terceiros. Inconformado, Pedro protocolou pedido de reconsideração perante a autoridade que lhe havia negado o acesso à informação, alegando que o referido consentimento não deve ser exigido quando as informações forem necessárias à proteção do interesse público preponderante.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Dada a sua personalidade jurídica, as empresas públicas, em regra, não têm obrigação de fazer licitação para celebrar seus contratos de prestação de serviços.

CERTO  ERRADO

---

**16. (CEBRASPE-CESPE – 2016)**, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As licitações de que trata a referida lei devem observar uma sequência de fases determinada, entretanto é permitido que, excepcionalmente, a fase de habilitação anteceda a fase de julgamento, por exemplo, desde que assim esteja expressamente previsto no instrumento convocatório.

CERTO  ERRADO

---

**17. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** Com relação à organização administrativa, ao processo administrativo, ao estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias e à Lei de Acesso à Informação, julgue o item a seguir.

Se uma sociedade de economia mista realizar processo licitatório para contratação de serviço, seus empregados estarão impedidos de participar da licitação.

CERTO  ERRADO

---

**18. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** À luz do previsto na Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte, a respeito de licitações e contratos.

A contratação de empresa advocatícia para a defesa de causa judicial de empresa pública deve ser sempre decorrente de licitação.

CERTO  ERRADO

---

**19. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Elaborador de projeto básico de licitação para obras e serviços de engenharia está proibido de participar da respectiva licitação.

CERTO  ERRADO

---

#### → DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI N° 12.527/2011)

**20. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Julgue o item a seguir, a respeito do acesso à informação pública, regulado pela Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

A autenticidade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

CERTO  ERRADO

---

**21. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Acerca de segurança da informação, sistemas de informação e serviços de TI, julgue o item a seguir.

A Lei n.º 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação, é aplicável ao Poder Executivo federal, mas não aos demais poderes e às esferas do governo.

CERTO  ERRADO

---

**22. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Acerca do acesso à informação nos órgãos públicos, julgue o item que se segue.

De acordo com a Lei n.º 12.527/2011, primariedade é considerada a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

CERTO  ERRADO

---

**23. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** Julgue o próximo item, à luz do disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e na Lei Complementar n.º 131/2009 (Lei da Transparência).

A informação obtida em local distinto da sua fonte original, sem os devidos detalhamentos e com modificações, apresenta problemas relacionados a sua primariedade, conforme a Lei n.º 12.527/2011.

CERTO  ERRADO

**24. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** A respeito da Lei de Acesso à Informação e da Lei da Transparência, julgue o item seguinte.

O fato de a informação ser coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, é suficiente para que essa informação seja considerada íntegra.

CERTO  ERRADO

#### → DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)

**25. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Julgue o item que se segue, relativos a controle e transparéncia da administração pública.

O direito de acesso aos pareceres jurídicos que fundamentam determinada portaria normativa será garantido a partir da edição do respectivo ato decisório.

CERTO  ERRADO

**26. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Julgue o item a seguir, a respeito do acesso à informação pública, regulado pela Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

A fim de promover a transparéncia ativa, a ANM deve divulgar, independentemente de requerimento, a informação pública de interesse coletivo ou geral por ela produzida ou custodiada, disponibilizando-a obrigatoriamente em seu sítio oficial da Internet, o qual deverá possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.

CERTO  ERRADO

**27. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** De acordo com a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue o item a seguir.

O acesso à informação compreende, entre outros, o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, à utilização de recursos públicos e a licitações e contratos administrativos.

CERTO  ERRADO

**28. (CEBRASPE-CESPE – 2020)** De acordo com as disposições da Lei n.º 12.527/2011 (LAI), julgue o item a seguir.

As fundações públicas, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), devem disponibilizar, de maneira sistemática, todas as suas informações, salvo aquelas referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cuja divulgação possa ameaçar a segurança do Estado.

CERTO  ERRADO

**29. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** Com base na Lei da Transparéncia – Lei Complementar n.º 131/2009 – e na Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527/2011 –, julgue o item seguinte.

A Lei de Acesso à Informação determina aos órgãos e às entidades do poder público que assegurem a gestão transparente da informação, observados normas e procedimentos específicos aplicáveis.

CERTO  ERRADO

#### → DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011)

**30. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Julgue o item a seguir, considerando as formas de transparéncia pública e o disposto na Lei de Acesso à Informação e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

É garantida ao requerente a gratuidade do serviço de busca e fornecimento de informação, sendo proibida cobrança a qualquer título de ressarcimento de custos.

CERTO  ERRADO

**31. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** Considerando as políticas de acesso aos documentos de arquivo, julgue o seguinte item.

Se o acesso à informação contida em documento for negado, o solicitante deverá ser informado sobre o teor da decisão de negativa de acesso.

CERTO  ERRADO

**32. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** No que se refere à tecnologia da informação, julgue o próximo item.

Segundo a Lei n.º 12.527/2011, pedido de acesso a informações de órgãos e entidades públicos deve ser acompanhado do motivo que levou à solicitação.

CERTO  ERRADO

**33. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** Julgue o item subsecutivo, tendo como referência as disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).

No caso de indeferimento de pedido de acesso a informação, é facultado ao interessado interpor recurso, que deverá ser dirigido à mesma autoridade que proferiu a decisão. Caso a referida autoridade não reconSIDERE sua decisão no prazo de cinco dias, o pedido deverá ser encaminhado a autoridade superior.

CERTO  ERRADO

#### → DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)

**34. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** De acordo com a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue o próximo item.

As informações em poder da ANM, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, podem ser classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas, e os prazos máximos de restrição de acesso a elas, conforme essa classificação, vigoram a partir da data de sua produção, de acordo com a Lei de Acesso à Informação.

CERTO  ERRADO

**35. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Julgue o item a seguir, considerando a Lei de Acesso à Informação, o Marco Civil da Internet e os demais instrumentos normativos que regulam a publicidade e a segurança de redes de comunicação no Brasil.

A Lei n.º 12.527/2011 permite a divulgação de qualquer informação pública, sem exceções, enquanto os Decretos n.º 7.724/2012 e n.º 7.845/2012 apenas regulamentam a forma de acesso.

CERTO  ERRADO

---

**36. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** À luz do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei de Acesso à Informação, julgue o item que se seguem.

A classificação da informação em determinado grau de sigilo deve pautar-se pelo interesse público da informação e pela utilização do critério mais restritivo possível, considerados aspectos como, por exemplo, a gravidade do risco à sociedade.

CERTO  ERRADO

---

**37. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Julgue o item a seguir, que diz respeito a coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados, bem como a segurança da informação.

De acordo com a lei que regula o acesso a informações, são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou cujo acesso irrestrito possa colocar em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares

CERTO  ERRADO

---

**38. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Com base no disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue o item a seguir.

No âmbito da administração pública federal, a classificação de sigilo de informações no grau ultrassecreto é competência exclusiva do Presidente da República.

CERTO  ERRADO

---

#### → DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI N° 12.527/2011)

**39. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) e na Lei da Transparéncia (Lei Complementar n.º 131/2009), julgue o item que se segue.

Impor sigilo a uma informação para obter proveito pessoal ou para terceiro é uma conduta ilícita para agentes públicos e, também, para militares.

CERTO  ERRADO

---

**40. (CEBRASPE-CESPE – 2017)** De acordo com dispositivos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue o item seguinte.

É prerrogativa do agente público a recusa em fornecer informação regularmente requerida nos termos da referida lei, desde que esteja autorizado pela chefia imediata.

CERTO  ERRADO

---

#### → DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI N° 13.709/2018 - LGPD)

**41. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** Julgue o item a seguir, com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), na Lei de Acesso à Informação e no Marco Civil da Internet.

De acordo com a LGPD, CPF e data de nascimento são dados pessoais sensíveis.

CERTO  ERRADO

---

**42. (CEBRASPE-CESPE – 2022)**, julgue o item a seguir.

A LGPD se aplica, entre outros casos, ao tratamento de dados realizado para fins exclusivos de segurança pública ou defesa nacional.

CERTO  ERRADO

---

**43. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** Com relação à Lei de Acesso à Informação, à Lei de Delitos Informáticos, ao Marco Civil da Internet e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, julgue o item a seguir.

Quando o tratamento de dados pessoais for realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não é aplicável.

CERTO  ERRADO

---

**44. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** Julgue o próximo item, relativo à segurança da informação.

De acordo com a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), o encarregado deve realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de privacidade.

CERTO  ERRADO

---

**45. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** Com base na Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue o item a seguir.

A anonimização impossibilita que um dado seja associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo.

CERTO  ERRADO

---

#### → DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOrais (ARTS. 7º A 10 DA LEI N° 13.709/2018 - LGPD)

**46. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** Julgue o item a seguir, com base no disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Considere que determinado tribunal de justiça seja controlador dos dados de certo titular e tenha deste obtido consentimento para o tratamento de seus dados pessoais. Nessa situação, caso haja necessidade de o referido tribunal compartilhar os dados do referido titular com o CNJ de forma absoluta, não será necessário novo consentimento do titular.

CERTO  ERRADO

---